

PROTAGONISMO FEMININO NA BUSCA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO QUILOMBO COCALINHO, EM SANTA FÉ DO ARAGUAIA (TO)

FEMALE PROTAGONISM IN THE SEARCH FOR PUBLIC POLICIES IN THE QUILOMBO COCALINHO, IN SANTA FÉ DO ARAGUAIA (TO)

Cristiane Dias da Silva **1**
Vinicius Gomes de Aguiar **2**

Resumo: Desde o início da ocupação territorial da comunidade Cocalinho, o quilombo tem se organizado de diversas formas para se manter no lugar. Neste trabalho, nosso foco será em ações protagonizadas pelas mulheres e realizadas nos últimos vinte anos. Neste texto foram destacados três momentos: um foi o processo de autoafirmação da comunidade enquanto quilombola e a criação da associação; outro foi a busca pelo acesso a uma política pública habitacional para a comunidade; e por fim a análise em relação a entrada dos estudantes em universidades públicas por meio da política de cotas. Com isso, o texto tem como objetivo auxiliar na compreensão de como ocorre o protagonismo feminino na comunidade Cocalinho, especialmente na Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC). Para o desenvolvimento do texto, foram realizadas visitas à comunidade, registros fotográficos, consultas às normativas legais em relação às associações, bem como entrevistas com representantes da ACQC.

Palavra-chave: Quilombo. Cocalinho. Associação. Protagonismo. Feminino.

Abstract: Since the beginning of the territorial occupation of the Cocalinho community, the quilombo has been organized in different ways to stay in place. In this work, our focus will be on actions carried out by women and carried out in the last twenty years. In this text, three moments were highlighted: one was the process of self-affirmation of the community as a quilombola and the creation of the association; another was the search for access to a public housing policy for the community; and finally, the analysis regarding the entry of students into public universities through the quota policy. With this, the text aims to assist in the understanding of how female protagonism occurs in the Cocalinho community, especially in the Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC). For the development of the text, visits were made to the community, photographic records, consultations with legal regulations in relation to associations, as well as interviews with representatives of ACQC.

Keyword: Quilombo. Cocalinho. Association. Protagonism. Female.

-
- 1** Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6517003942111824>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8575-5266>. E-mail: christianedias@mail.uft.edu.br
 - 2** Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9820176762513634>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1432-6151>. E-mail: vinicius.aguiar@mail.uft.edu.br

Introdução

O quilombo Cocalinho localiza-se a 7 km da cidade de Santa Fé do Araguaia, no norte do estado do Tocantins, com sua formação organizada por famílias de romeiros advindos do Maranhão, no início da década de 1960, que buscavam terras férteis e o morro santo.

Desde a consolidação de sua ocupação no território, a comunidade tem se organizado de diversas formas para se manter no lugar. Porém neste trabalho iremos focar em como a associação tem se tornado um espaço de lutas por políticas públicas para o quilombo, com um protagonismo feminino evidente.

No Cocalinho, dentre as ações protagonizadas pelas mulheres, destacamos três momentos nos últimos vinte anos. Um foi o processo de autoafirmação da comunidade enquanto quilombola e a criação da associação, outro foi a busca pelo acesso a uma política pública habitacional para a comunidade, por fim houve uma observação em relação a entrada dos estudantes em universidades públicas por meio da política de cotas.

Com isso, o texto tem como objetivo compreender como ocorre o protagonismo feminino na comunidade Cocalinho, especialmente na Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho ACQC.

Para o desenvolvimento do texto, foram realizadas visitas à comunidade, registros fotográficos, consultas às normativas legais em relação às associações, bem como entrevistas com representantes da (ACQC).

Associativismo

Associação é a união de pessoas que galgam objetivos comuns, de acordo com o Art.44 do Código Civil da Lei 10.406 de 2002. “A associação é uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc, sem fins lucrativos”, ela é um órgão de representação legal, sem fins lucrativos, onde todos os ganhos que por ventura esta estiver, será revestido para a própria associação para o bem comum, que segundo Dardot e Laval (2012, p. 30), “o bem comum identifica-se então com o interesse comum que é o que há de comum nos interesses particulares e constitui o elo social”, dos associados, sem acumulação de capital, sendo a associação criada através de uma assembleia¹.

Em situações onde as comunidades quilombolas buscam se organizar por meio de uma associação, quase sempre tem o propósito de permitir as melhores condições para dar andamento nas questões burocráticas da comunidade. Segundo APA-TO, (2012, p. 12) “ela será a representação jurídica em todo o processo de regularização do território”, onde ela segue o rito de constituição da parte burocrática igual as demais associações, porém da parte interna de sua criação tem suas particularidades, onde a APA-TO, (2012, p. 12), destaca que para o caso de associação de uma comunidade quilombola, “é necessário que todas as pessoas associadas na Associação da Comunidade Quilombola sejam quilombolas”, o que torna esta associação diferente das demais nesse quesito.

Um dos principais documentos de uma associação é o estatuto social, que é criado em uma assembleia, ou seja, no espaço onde as principais decisões são tomadas. Desta forma, fica evidente que a assembleia é o principal órgão de deliberação da associação.

Como é tratado na Lei 6.404 (1976), “o estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo”. Assim, nele contém os principais elementos da associação, bem como os direitos e deveres de cada associado. Para Costa, Oliveira e Figueiredo (pág. 23, 2013), uma associação é uma,

¹ A Assembleia Geral é uma reunião deliberativa onde nela se encontram todos os representantes da associação com plenos poderes para decidir o destino que o empreendimento vai tomar, é nela que se delibera tudo a respeito da associação, ela é o órgão máximo de representação e segundo o Código Civil, o Art. 59. Compete privativamente à assembleia geral: I – destituir os administradores; II – alterar o estatuto.(CÓDIGO CIVIL Art. 59).

Pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos. Finalidade: apresentar e defender os interesses dos associados. Número mínimo: 10 (dez) associados. Formação de capital social: não tem capital social, mas patrimônio formado por contribuições, doações e eventos (COSTA; OLIVEIRA E FIGUEIREDO, 2013 p. 23).

Assim, a associação é uma entidade voltada para atender as demandas de seus associados. Para os quilombolas, ela é um espaço de resistência, e é por meio desta que as comunidades se representam juridicamente, reivindicam acesso às políticas públicas e lutam pela regularização de seus territórios, e representam suas comunidades. Assim, destaca o Decreto 4.887, de 2003.

A terra será reconhecida e registrada mediante entrega de título coletivo às comunidades, que serão representadas por suas associações legalmente constituídas. Por ser coletivo, este título não pode ser negociado ou mesmo dividido (Decreto 4.887; de 2003).

Como a questão territorial é uma pauta coletiva, a associação representa a comunidade dentro de um processo, o que torna a associação para uma comunidade tradicional, um símbolo de representação desse povo. Essa associação é regulamentada por um estatuto social criado pelos integrantes da comunidade, que após ser aprovado em assembleia, passa a reger a associação.

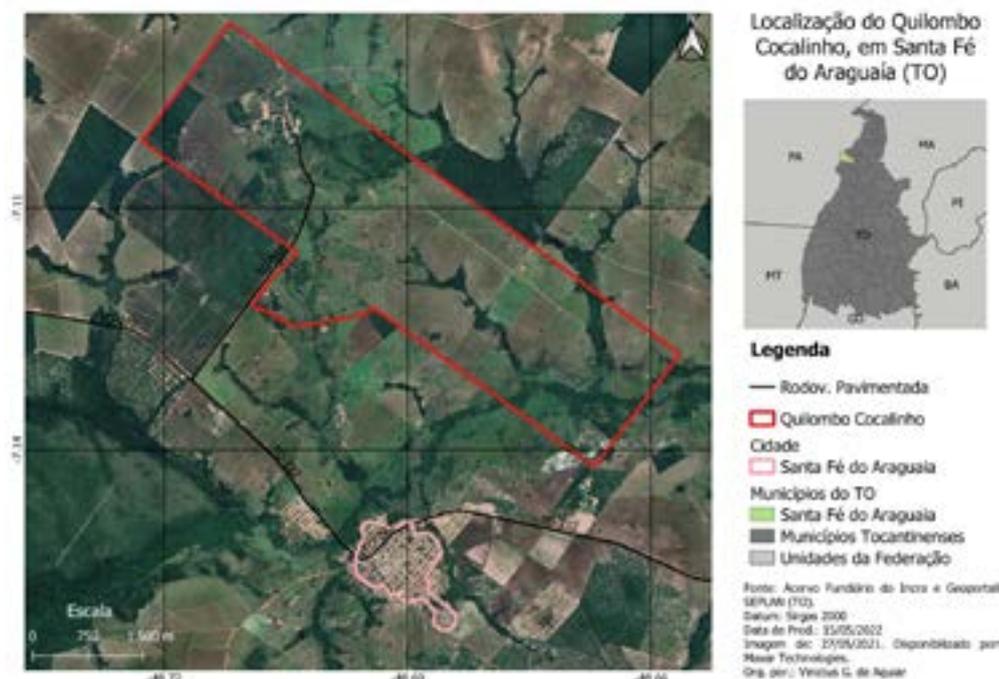
Quilombo Cocalinho

A comunidade Quilombola de Cocalinho, localizada no município de Santa Fé do Araguaia (Figura 1), teve seus primeiros passos como comunidade tradicional através da chegada de famílias advindas do Interior do Maranhão na década de 1960, em busca de terras férteis, e outros em busca do morro santo. Essa história é contada por alguns moradores da comunidade onde essas famílias buscavam esse local que tinha terras fartas fértil. Segundo Oliveira (pág. 15, 2021).

[...] vinham em busca do “Morro do Santo Cruzeiro”, pois acreditavam que na região havia um morro sagrado, local em que a terra era fértil, e a liberdade, assegurada. A história da romaria na região começou com a beata Antônia Barros de Souza (ou somente Antônia Tapuia, como é lembrada pelos moradores). A beata afirmava que tivera uma visão, na qual recebia instruções de Padre Cícero Romão Batista para ir até um morro, localizado entre o Rio Lontra (hoje cidade de Araguaína) e o rio Araguaia, fronteira entre o estado do Tocantins e o sudeste do estado do Pará. Segundo as instruções do “Santo Padre”, nesse local a beata poderia viver com sua família em meio à fartura da terra. Padre Cícero ainda disse que em cima do morro havia um cruzeiro, deixado por ele mesmo anos antes, quando passou pela região com a missão de conhecer o “Morro Santo” (OLIVEIRA, 2021, p.15).

Desde os primeiros momentos de sua fixação no território onde está localizada a comunidade, diversos enfrentamentos ocorreram, porém dois em especial, marcaram de forma significativa. Um enfrentamento foi na década seguinte a fixação no território, envolvendo um fazendeiro da região. O outro se deu entre as pessoas da comunidade, durante o processo que levou a formação da associação.

Figura 1. Localização do Quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia



Fonte: Acervo fundiário do INCRA e Geoportal da SEPLAN do Estado do Tocantins.

Conflito fundiário no cocalinho

Na década seguinte, a comunidade enfrentou um conflito fundiário com um fazendeiro da região. Como forma de resolução do conflito, a comunidade e o fazendeiro entraram em acordo, onde a comunidade cedeu parte do território em troca da construção de uma escola e um posto de saúde. Segundo Maria Luiza, moradora da comunidade:

A comunidade começou a se desenvolver a partir de 1972 pra cá, e aí foi na média que foi chegando mais gente, e foi chegando mais pessoas, aqui a gente teve conflitos com fazendeiros, teve gente que teve que ser escondido, mas na hora que o pessoal chegava pra bater em um chegava até os meninos pequenos que estava lá dentro de uma rede, pra ir ajudar então a vida era assim, e até que a gente conseguiu na época a gente um pouco pressionado pouco conhecimento né, o conhecimento dos patriarcas e das matriarcas todo mundo eram analfabetos praticamente e mais aí a gente acha um que é analfabeto mas tem o dom de correr atrás das coisas né, aí eles acharam o saudoso Edmundo Galdino, que começou levar o pessoal pra ir lutar pelas terras, então desse ano eu me lembro que foi de 80 a 83, a pressão foi um pouco grande, depois as coisas melhorou foi chegando mais gente, aí em 2006 né com o andar de muita gente vendo a tradição do lindô, e aí o povo começou a visitar e começou aquela época de, aquele negócio de quilombola, mas na época aqui não era registrado como quilombola não, o povo chamava os negros do cocalim, né agente tinha essa placa de identificação como, ali é um nego do cocalim, comunidade que na qual, na época sofreu muito preconceito né, e aí em 2003,2004 até 2005 por aí assim começou esse movimento e aí ela foi reconhecida como comunidade quilombola.²

² Entrevistada Maria Luiza Ribeiro da Silva, entrevista concedida no dia 14 de abril de 2022.

Organização da associação quilombola

Após a publicação do decreto 4887 em 2003, diversas comunidades negras passaram a se organizar com o intuito de serem reconhecidas enquanto quilombolas e no caso do Cocalinho não foi diferente.

Nesse processo as pessoas mais jovens, especialmente as professoras da comunidade, ocuparam o protagonismo deste processo e iniciaram o diálogo no Cocalinho para passarem pelo processo de autoidentificação enquanto quilombola, e sobre esse protagonismo dessas mulheres, Odila Dias (2012) define que:

É importante destacar que no mundo rural, desde o período colonial até os dias atuais, há uma marca significativa de trabalho cooperativo e de protagonismo das mulheres negras tanto nas lutas cotidianas quanto nas atividades produtivas, uma vez que elas participam de várias atividades, como agricultura, artesanato, trabalho doméstico, extrativismo animal e vegetal, entre outras (ODILA DIAS, pág.2,2012).

E devido ao medo que os mais velhos tinham de voltar o tempo da escravidão, uma resistência grande foi criada para aceitar a denominação de quilombola, bem como em relação a criar uma associação. Com isso, diversas reuniões lideradas por esse grupo de mulheres professoras foram realizadas.

Como afirma Maria Luiza.

*Assim no começo, a princípio eu achei que deu um impacto porque a comunidade não queria aceitar, porque assim, agora não porque eu lhe digo que 80% das pessoas são todos alfabetizado, né e tem o conhecimento melhor, mas na época deu um impacto entre a comunidade mermo, porque o povo não aceitava chamar de quilombo, porque aqueles mais velhos que não tinha o conhecimento, eles colocaram na cabeça que a gente ia voltar aquele tempo de escravidão que a gente ia ser torturado sabe, então aquilo naquele momento deu um impacto muito grande entre os mais novos com os mais velhos, então daqui que nós colocamos na cabeça deles que não seria daquela forma, demorou na média de um ano, um ano e pouco [...],e isso causou um impacto não foi só na comunidade, na região também, o povo passaram a rotular a gente como se a gente fosse escravos, entendeu, não que eles viessem torturar, mas torturava na medida de palavras, né isso né uma tortura né, é um preconceito, e mais ai o povo foram se acostumando. Os mais velhos falavam assim, porque vocês estão deixando esse povo colocar aqui como quilombo? Nós não somos escravos, nós somos pretos, mas nós não somos escravos, então eles tinham na cabeça que a gente ia ser torturados, aqui a gente tem uma cultura muito forte de respeitar os mais velhos, então eles falam e a gente ouvia, tem que ouvir né, e a gente teve que sentar, sentar e conversar [...]*³

No processo de convencimento da comunidade, em especial dos mais velhos, foi organizado um grupo formado por pessoas, majoritariamente professoras, que mais tarde viriam a fazer parte da primeira diretoria da associação, como afirma Maria Luiza:

Foi um momento de uma revolução muito grande, só que na época eu sou professora aqui desde 93 aqui, tem a Maria do Espirito Santos também que foi professora mais pra frente,

*e outras colegas também que são professoras já bem, e aí agente começou a fazer reunião, explicando, explicando até que graças a Deus calhou.*⁴

Após o convencimento da comunidade, o grupo passou a promover reuniões para explicar a importância de se criar uma associação. Então, em 2006, as pessoas criaram a Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho ACQC. Como tratado por Maria Luiza, estiveram presentes:

*Eu Maria Luiza, Maria do Espírito Santos, Maria Aparecida, Lima, Aldenora, finado José Pereira, Professor Zé Carlos, nos fazíamos reuniões frequentemente explicando para eles como que era, e vinham o Professor Luciano, vinham muita gente para explicar e dar suporte e ajudar na conscientização da comunidade.*⁵

Por meio da associação, a comunidade tornou-se apta a participar de editais relacionados a políticas públicas específicas para quilombos, bem como permitiu dar prosseguimento formalmente nos processos burocráticos de luta pela regularização de seu território, que é o objetivo central da associação.

Como pode ser observado nas falas das pessoas entrevistadas, as mulheres desta comunidade tiveram um papel fundamental dentro deste processo de criação da associação. Desde a primeira reunião relacionada ao processo de autoidentificação enquanto quilombola, até a formalização da ACQC, as mulheres estiveram presentes, onde se destaca o empenho da Maria do Espírito Santo, como afirma Maria Luiza:

*Aí fundou a Associação em 2006, inclusive eu fui até membra, depois fui secretária, fui por esse mundo aí atrás de registrar a associação, fizemos assembleia na época, que a presidente era a Maria do Espírito Santos, mas era ela a presidente a Cristiane sabe quem é, e aí fomos atrás das coisas né, aí teve uma época que a comunidade desenvolveu muito.*⁶

Após todo o período de reuniões e discussões internas no Cocalinho, em 2006 a comunidade recebeu o reconhecimento de comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo a primeira a receber a certificação, dentre as comunidades próximas.

Desde sua certificação junto a Fundação Cultural Palmares, a comunidade passou a ser visitada constantemente por pesquisadores e por instituições que desenvolvem políticas públicas de promoção e valorização da cultura negra. Conseguiu projetos nacional e internacional, sendo contemplada em editais e prêmio como o Prêmio Culturas Populares 2007 (SILVA e EMERSON, p. 06, 2012).

Desde então o Cocalinho vem buscando ressaltar cada vez mais a sua importância enquanto comunidade quilombola, a sua cultura e seus modos de viver enquanto quilombolas.

Associação da comunidade quilombola de cocalinho

Como tratado anteriormente, o processo de criação da ACQC foi construído com base em

4 Entrevistada Maria Luiza Ribeiro da Silva, entrevista concedida no dia 14 de abril de 2022.

5 Entrevista realizada no dia 14 de abril de 2022.

6 Entrevista realizada no dia 14 de abril de 2022.

um processo formativo bastante moroso e com significativas dificuldades, mas que foi superado com o tempo de trabalho, como relata Maria do Espírito Santos:

A Associação da comunidade quilombola de Cocalinho, teve um processo bastante negativo no início, pois com o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares em 2006 e a falta de entendimento por algumas pessoas da comunidade, surgiu um pensamento de que voltaria a ser como era antes. O negro no tronco, as chibatadas todo aquele processo vivido pelos negros no passado. Então ao participar de alguns Fóruns, encontros com outras comunidades, pude trazer algumas experiências vividas por outras comunidades e assim tentar motivar o povo que ser quilombola seria uma forma de reconhecer todo sofrimento vivido pelos negros escravos. Então surgiu a ideia de criar uma associação, para buscar projetos e assim ver a melhoria da comunidade e do povo ali residentes. Muito empolgada com objetivo de melhorar a qualidade de vida do meu povo, convidei a comunidade para uma reunião e da li criar a tão sonhada Associação, esperei as pessoas da comunidade, mais ninguém compareceu, marquei a segunda, apareceu apenas 3 pessoas, mas não dava pra fundar uma Associação com 3 pessoas, mais uma vez tentei fazer o trabalho de formiguinha falando da importância de se ter uma associação na comunidade sair de casa em casa. Na terceira reunião já apareceu mais pessoas que a anterior, daí já conseguimos criar a Associação.⁷

Atualmente a associação (Figura 2) conta com uma estrutura organizacional, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretária, 2º Secretária, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureira, Conselho Fiscal, e Conselho Comunitário. A comunidade possui cerca de 200 mulheres, nove mulheres compoendo a estrutura organizacional da Associação, sendo que o cargo de Presidente atualmente é ocupado por uma mulher. A ACQC está na sua quinta gestão, em três delas a presidência ficou representada por uma mulher e a maioria da diretoria também composta por elas. Desta forma temos uma associação com sua representação majoritariamente representada por mulheres.

Figura 2. Fachada da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (06 de março de 2022).

Com a efetivação da Associação, acompanhado da obtenção da certificação do Cocalinho enquanto quilombola por parte da Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade conseguiu acessar algumas políticas públicas, sendo que as principais foram: a entrada em um programa habitacional do governo federal direcionado às comunidades quilombolas; e o acesso ao ensino superior de pessoas do quilombo em universidades públicas, por meio da política de cotas.

Construção de casas no quilombo

O projeto habitacional a que o quilombo teve acesso, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), segundo Orlandin, Silva e Santos (pág.4,2021). “Cabe inicialmente reconhecer a importância da implementação do PNHR e seu pioneirismo no tratamento das demandas dos povos tradicionais”, viabilizou a construção de casas de alvenaria na comunidade (Figura 3), diferente das habitações anteriormente existentes na comunidade, que eram em sua maioria de taipa e madeira. Segundo Maria Luiza:

Essas casas que tem um padrão só foram construídas com busca da Associação, essas casas são de 2009, 2010 por aí assim, verba do Governo Federal, porque aqui praticamente as coisas são todas do Governo Federal né, não to dizendo que o município não faça alguma coisa, mas a maioria são coisas do Governo Federal.⁸

Figura 3. Casas construídas por meio programa habitacional no quilombo Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (22 de abril 2022).

A política pública é importante para a comunidade quilombola, pois é por meio dela que se torna possível ter acesso a elementos básicos da cidadania. Segundo Rodrigues (pág. 1, 2010) “A política pública no Brasil possui um novo marco a partir da Constituição Federal de 1988, a qual inovou no reconhecimento de direitos etnicorraciais e territoriais”, especialmente no âmbito federal.

O recurso destinado à construção das casas passava pela prefeitura municipal de Santa Fé, que seria a entidade responsável pela execução das obras de construção de casas na comunidade. Porém, o início das obras demorou significativamente, o que gerou uma movimentação de um grupo com aproximadamente “30 a 40 pessoas onde 70 a 80% segundo Maria Luiza, eram mulheres”, organizado para reivindicar junto à prefeitura de Santa Fé, a execução das obras, uma vez que muitos moradores já haviam derrubado suas antigas casas na expectativa de ter uma nova habitação, com infraestrutura melhor, como afirma Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Construção de casas populares na Comunidade Quilombola Cocalinho, distante 70 km de Araguaína, apontam irregularidades que podem ter sido cometidas por gestores públicos nos últimos cinco anos. Os beneficiários receberam

⁸ Entrevista realizada dia 14 de abril de 2022.

orientações para derrubar as construções precárias em que moravam para que novas habitações fossem construídas, mas, apenas 37 casas foram entregues. Há precariedade nas instalações de energia, que segundo relatos estariam incluídas nas melhorias inerentes ao projeto habitacional. (DPE.TO, 2013).

Desta forma, elas pressionaram o prefeito para ter maior agilidade no processo, onde ressalta Maria Luiza, “ficamos 3 (três) dias acampados na frente da casa do Prefeito”, e assim iniciou a construção das casas.

Por mais que a principal pauta da comunidade seja em relação a regularização territorial, que tem relação com o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que nos últimos anos têm movimentado muito pouco, o quilombo Cocalinho se organizou para melhorar o acesso a políticas públicas no município. Assim, a comunidade tem se organizado para eleger seus representantes, tanto no executivo, quanto no legislativo, municipal.

Neste contexto, o Cocalinho elegeu um vereador da comunidade e o vice-prefeito do município. Dentre os secretários municipais, a pasta de Secretaria de Assistência Social é ocupada por uma pessoa do quilombo.

Acesso aos estudantes quilombolas ao ensino superior

Ao ser reconhecida enquanto quilombola, as pessoas do Cocalinho passaram a ter acesso à Universidade por meio da política de cotas. Como afirma Souza e Brandalise (pág.3, 2017), “A política de cotas é um exemplo de política de ação afirmativa e tem o objetivo de elevar o número de alunos negros e/ou oriundos de escola pública no ensino superior”, porém, após a entrada, tanto a comunidade, quanto os estudantes, perceberam que o ingresso não era o suficiente para que estes estudantes continuem os estudos. Assim, os alunos participam de bolsas estudantis e contam com o transporte promovido pela prefeitura de Santa Fé do Araguaia, sendo que os estudantes pagam parte dos custos do combustível, como afirma a estudante Maria da Cruz (2022).

Temos a bolsa permanência, antes nós íamos para Santa Fé de moto para pegar o ônibus e ir para a Universidade, agora arrumaram pra nós ir de ônibus daqui, com o auxílio da bolsa nos paga o ônibus para nos levar, assim nós paga o petróleo só, porque a prefeita dar a metade do valor, e nós a outra, nós somos 12 alunos e pagamos 150,00 para nos levar de segunda a sexta e 110,00 quem vai uma a duas vezes. eu faço minhas refeições de graça na no R.U, pois consegui a bolsa do Cubo, agora os demais alunos que não conseguiram se inscrever esses pagam a tachinha de 2,50, se eu não me engano, ai assim enfrentamos muitas dificuldades para ir para a universidade, pois já saímos de casa com chuva, e os meninos o pneu da moto já furou de noite e não teve como ir, no começo também tem uns alunos que não conseguem a bolsa logo de início né, aí tem que dificuldade para arrumar o dinheiro da mensalidade do ônibus, tem uns também que não consegue se formar no tempo estimado da bolsa, aí a bolsa corta, ai começa a dificuldade, os que moram aqui né porque aí tem uns que mora na rua ai eles conseguem serviço né, aí dá para suprir essa necessidade.⁹

Ou seja, mesmo com a política de cotas para o ingresso do estudante quilombola na universidade pública, a permanência desse estudante ainda é incerta devido à necessidade de outras assistências, para se manter na universidade e chegar a concluir o curso, nesse sentido afirma Melo, (pág. 72, 2018).

⁹ Entrevista realizada dia 22 de abril de 2022.

Ainda nesta linha interpretativa, situamos que uma educação para ser igualitária deve não só garantir o acesso, mas viabilizar a permanência nas instituições escolares e contribuir para êxito escolar. Entretanto, mesmo com a LDB e as políticas públicas que intencionam aniquilar as desigualdades, as ações promovidas pelo Estado ocorrem de forma lenta, quando consideramos as necessidades educacionais dos quilombolas (MELO, pág. 72, 2018).

Como a maioria dos estudantes residem na comunidade, precisam se deslocar diariamente por cerca de 80 km para ir até a universidade, bem como custear o combustível para transporte, o que consome o recurso obtido com as bolsas. No momento em que o estudante está prestes a se formar, muitos ficam sem a bolsa, dificultando assim sua ida para a universidade, pois muitos só conseguem custear o transporte se tiver a bolsa.

Mesmo com todas essas limitações, atualmente a comunidade tem conseguido promover a entrada de estudantes quilombolas em uma universidade pública, pois como afirma a estudante Maria da Cruz¹⁰, que o quantitativo de alunos agora frequentando as aulas são, “nós somos, eu acho que 23 alunos na Universidade Federal do Tocantins”, e um aluno na Faculdade Particular.

Além de realizar o pagamento de parte dos custos do transporte para ir até a universidade, no caso das estudantes mulheres a situação é muitas vezes ainda mais difícil, pois como foi observado no trabalho de Araújo (2021), o deslocamento até a cidade de Santa Fé do Araguaia, das estudantes do quilombo que estudam no período noturno, inicia-se às 16 h e é realizado por meio de caronas em mais de 40% dos casos. Quando o deslocamento é realizado por meio de transporte próprio, majoritariamente são utilizadas motocicletas. Ao final do dia, as estudantes relataram que o horário de chegada em suas casas são, geralmente, às 0 h (meia-noite) (Quadro 1).

Quadro 1. Horário de deslocamento das estudantes: saída da Comunidade Quilombola de Cocalinho (TO) ao núcleo urbano de Santa Fé do Araguaia (TO) e horário de chegada em suas casas

Aluna	Em média, que horas você sai da comunidade para pegar o ônibus em Santa Fé do Araguaia?	Qual horário você chega em sua casa?
A	16:15h	0:00h
B	16:20h	0:30h
C	16:00h	00:00h ou mais
D	16:30h	23:40h a 00:00h às vezes
E	16:00h	0:20h
F	16:30h	0:20h
G	16:00h	00:00h à 01:00h

Fonte: Araújo (2021).

Neste contexto, torna-se possível perceber que a organização da comunidade para possibilitar o acesso à universidade foi de bastante sucesso, mas que uma série de dificuldades ainda está presente, como ter que utilizar oito horas do dia (tempo que demora para sair da comunidade até retornar em suas casas) para realizar um curso superior de meio período (quatro horas diárias, aproximadamente).

Considerações Finais

Pelo observado na comunidade, Cocalinho tem organizado diferentes ações para o fortalecimento do quilombo e a manutenção no território. Boa parte das ações, do ponto de vista institucional, ocorre por meio da ACQC.

Neste contexto, as mulheres da comunidade têm protagonizado a luta por cidadania, por meio da busca pelo acesso a políticas públicas, viabilizado pela associação.

Assim, com este texto se tornou possível perceber como se dá o protagonismo feminino na efetivação de políticas públicas no quilombo Cocalinho, relacionado especialmente a questão territorial, a construção de casas, o acesso à universidade pública, dentre outras.

Referências

APA - TO, Alternativas para a pequena Agricultura no Tocantins. **Os Territórios Quilombolas no Tocantins**. Agosto de 2012.

ARAÚJO, Fernanda Neves de. **Trajetórias socioespaciais das estudantes da comunidade quilombola de Cocalinho a Universidade Federal do Tocantins**. Monografia de graduação. Universidade Federal do Tocantins. Curso de Geografia. Araguaína, 2021.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm, acesso em 05 dez. 2021.

BRASIL. **Lei, nº 6.404** de 15 de dezembro de 1976, em seu Capítulo I, Art. I inciso II, dispõe sobre o “Estatuto Social”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis6404. Acesso em 25 de março de 2022.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 7.824** de 11 de outubro de 2012, regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

BRASIL. **Lei, nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, que dispõe sobre Associação, em seu artigo 44, [leiscom.com.br/materias/2007/122007 societarios.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/01/10/leis10406.htm). Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. **Lei, nº 11.127**, de 28 de junho de 2005, que altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências, que dispõe sobre Assembleia Geral, em seu artigo 59. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11127.htm#art2 acessado em 13 set. 2021.

COSTA, Maria do Socorro Cândido; OLIVEIRA, Antônio César Silva; FIGUEIREDO, Raimundo José Linhares. **Associativismo**. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, 2013. p. 23.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Editora Boitempo. São Paulo, 2012.

DPE.TO (Defensoria Pública do Estado do Tocantins) **apontam irregularidade na construção das casas do quilombo de Cocalinho/TO, no ano de 2013**. <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/4461-quilombolas-de-cocalinho-denunciam-irregularidades-em-programa-habitacional> acesso em 28 abr. 2022.

FCP– **Fundação Cultural Palmares “quilombo certificado” de cocalinho**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/santa-fe-do-araguaia-quilombo-cocalinho/#!/map=38329&loc> Portaria nº 38749, de 20/01/2006, acesso em 07 abr. 2022.

MELO, Tiara Santos. **Democratização do Ensino Superior: Acesso e Permanência de Estudantes Quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2018.

ODILA DIAS, M. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Gerson. **Em busca do Quilombo,** memória, território e sentimento étnico em Cocalim. Editora Nagô, Palmas 2021.

ORLANDIN, Bianca Siane; SILVA, Mikale Caroline Barbosa e SANTOS, Samuel Steiner. **O PNHR no contexto dos povos tradicionais: O caso do Quilombo Santa Cruz, Paulo Lopes/SC,** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SILVA, Emerson. **Quilombos emigrantes:** a história de Cocalinhos. Brasília-DF: MEC, 2012.

SOUZA, Andreliza Cristina; e BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior: A Visão dos Implementadores. **Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas,** 2017

VERAS, Rodrigues. Programa Brasil quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania.** São Paulo, 2010.

Fontes Orais:

Maria Luiza Ribeiro da silva. Entrevista realizada em 14 de abril de 2022.

Maria do Espírito Santos. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2022.

Maria da Cruz Rodrigues da Silva. Entrevista realizada em 22 de abril de 2022.

Francisca Maria José da Conceição: Entrevista realizada em 22 de abril de 2022.

Recebido em 16 de maio de 2022

Aceito em 25 de maio de 2022